

A CIDADE DE ALCÂNTARA NO SOAR DE NEGRAS CAIXAS

Alionália Sharlon Maciel Batista Ramos Lopes

Mestranda em História/ UFCG

alionalia@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Severino Cabral Filho

PPGH/UFCG

cabralf@terra.com.br

Falar de cidade negra é algo que no primeiro momento remete à tradição, à cultura e à herança deixada como legado a sociedade brasileira. Para entender, historicamente, o funcionamento desses espaços é necessário aprofundamento em suas práticas sociais e culturas. No Brasil a região nordeste foi a que obteve a maior concentração de escravos, negros livres e libertos. Tendo como exemplos: Recife que em 1828, aproximadamente 31% da população era composta por escravos¹ e Maranhão onde a entrada crescente de escravos africanos culminou com a chegada de 41 mil pessoas entre 1812 e 1820². Como resultado, às vésperas da Independência, 55% dos habitantes, desse estado, eram escravos. Tal número correspondia à quarta mais alta porcentagem de população escrava do Império. Esse quantitativo elevado contribuiu para a formação de inúmeras comunidades negras, cuja resistência cultural imprime lhes características próprias, verificáveis nos costumes, nas tradições, nas festividades e nas manifestações religiosas.

O estado do Maranhão, em especial a Cidade de Alcântara foi escolhida para este estudo por ser uma cidade que experimentou um grande apogeu econômico e no final do século XIX vivenciou uma quebra financeira que desestruturou a cidade, deixando suas heranças enraizadas com os casarões, comunidades quilombolas e na festa do Divino Espírito Santo, que estão intimamente ligadas no contexto da localidade abordada.

¹Carvalho, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**; Recife, 1822-1850. Recife. EDUFPE, 1998, p.51.

² COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO **Escravidão e Formação de Quilombos no Maranhão**. N. 1, São Paulo, outubro de 2007.

A Metodologia utilizada no presente estudo baseia-se em pesquisas em livros, acervos documentais (correspondentes a essa cidade) e relato oral, para um levantamento histórico relacionado à memória da cidade de Alcântara.

Trajatória da Cidade

A Vila de Santo Antônio de Alcântara - Maranhão foi assim nomeada em 1648, hoje conhecida como município de Alcântara passou por muitas transformações nos últimos séculos. Quando ainda vila a economia era baseada na plantação e engenho de cana, essas atividades eram pequenas e desorganizadas, deste modo toda a produção era levada de barco a São Luís, que possuía um comércio ativo. A partir de 1682, com a criação da Companhia de Comércio do Maranhão, a vila iniciou a estruturação de fazendas, que atingiram o auge em 1755, com a fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Produtos como açúcar, algodão (exportado para o mercado inglês em plena Revolução Industrial) arroz e gado eram os principais produtos da região. Aproximadamente dez mil escravos chegaram a trabalhar nas fazendas, no auge do período exportador. Em 1856, existiam 22 engenhos de açúcar, 24 fazendas de gado, 81 fazendas de cereais e mais e 100salinas, vislumbrada como local preferido para residências de senhores da região³.

Com o progresso econômico as famílias abastadas podiam desfrutar das novidades da moda francesa e inglesa, importando produtos e costumes. As famílias organizavam festas dançantes e saraus, bem como freqüentavam a cidade de São Luís para desfrutar das apresentações culturais, em especial as peças no Teatro União (hoje teatro Artur Azevedo). Os filhos dos senhores e barões iam estudar na Europa, formando uma elite intelectual que gerou governadores da Província do Maranhão e representantes na Câmara e Senado do Império. A prosperidade influenciou a visita de D. Pedro II, mobilizando toda a cidade a organizar uma recepção para o imperador, tornado-se motivo de disputa entre duas famílias, a dos Barões de Pindaré e Mearim, que iniciaram a construção de dois palacetes para recebê-lo, porém a visita acabou nunca acontecendo.

³ SANTOS, Maria Januária Vilela. **A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983. p. 10-17.

Na segunda metade do século XIX ocorreu o surgimento de inúmeras comunidades quilombolas⁴, vinculadas à crise açucareira e algodoeira, que reduziu a produção e acabou obrigando proprietários endividados a abandonarem suas terras, possibilitando muitas famílias de escravos e ex-escravos a apropriação de terras incultas e abandonadas. Muitas são as causas apontadas para o declínio econômico em que Alcântara mergulhou no final do século XIX, para nunca mais se recuperar: Abolição da escravatura, evolução das técnicas agrícolas, exploração excessiva do solo, recuperação do cultivo de algodão nos EUA após a Guerra de Secessão, fim da Companhia Geral do Comércio, lutas pela independência do Brasil, maior facilidade no transporte da produção de outras áreas do país. O patrimônio histórico da cidade sofreu inúmeras baixas, desde o roubo de peças das casas por colecionares e moradores até confisco de peças da igreja pelo governo federal em 1889. Estes saques, aliados a um total descaso pelas construções, significaram a decadência definitiva para a memória de Alcântara. O conjunto de sobrados que sobreviveram ao descaso e ao tempo, alguns com paredes de pedra e cal e ainda com fachadas revestidas por azulejos portugueses, foram tombadas pelo IPHAN em 1948 como Patrimônio Nacional.

Práticas religiosas de uma cidade negra

Mas a história de Alcântara não se retém apenas a sua economia e seus casarões de origem colonial. O surgimento de quilombos influenciou o processo de preservação de uma identidade étnica, a ligação com o passado, neste caso, contribuiu para a manutenção de práticas sociais e culturais singulares, que compõem um patrimônio simbólico, preservado pela prática coletiva: a Festa do Divino em Alcântara.

A cidade de Alcântara- Maranhão foi uma das muitas do estado a passarem por resistências culturais, fortalecidas pela herança étnica deixada de seus ancestrais africanos. Nos arredores de Alcântara é possível localizar diversas comunidades remanescentes de quilombolas, constituídas de grupos sociais que tentam manter a base de suas vivências cotidianas, por terem consciência de serem detentoras de um patrimônio cultural rico. Diante das muitas práticas existentes, a religião e a cultura são

⁴ SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. Revista Diálogo, São Paulo, p. 18 - 20, 01 fev. 2008.

sem dúvida as que apresentam as características identitárias dessa localidade de modo a esclarecer suas estratégias de grupo.

Os escravos africanos que chegaram ao porto de São Luís ficaram mais conhecidos como “negros mina”, porque eram embarcados, em sua maioria, na Costa da Mina, hoje Costa do Marfim, além de Angola e Moçambique. Os negros escravizados no Maranhão, assim como em outras localidades do país, eram obrigados por seus senhores ao batismo e a seguir as regras do catolicismo. Essa obrigatoriedade não reprimiu, totalmente, sua religiosidade, pois os mesmos começaram a utilizar as representações de santo da igreja católica ao seu favor, acrescentando imagens, orações e cânticos como forma de burlar seus senhores, realizavam festa de culto aos seus deuses e ancestrais como sendo para algum santo da igreja, evitando incomodados por parte de seus senhores, mantendo viva antigas tradições e preservando os elementos culturais, que eram tidos como profanos. A imagem mais utilizada foi a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, para a mesma foram erguidas igrejas nas principais cidades que seguiam o regime escravocrata, muitas construídas com o apoio de irmandades⁵(associações religiosas de homens pretos e abolicionistas), grupos que reforçava a idéia de construção e afirmação de novas identidades. Não só os escravos e negros libertos eram expostos as influências de seus senhores, como os mesmos se relacionavam com as práticas de seus servos, recorrendo a saberes africanos (feiticeiros e curandeiros) para cuidar dos males que lhes afligiam, assim aspectos portugueses e africanos se misturavam cada vez mais.

Em Alcântara ainda é comum, em decorrência dessa herança, a realização de festas religiosas como a de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Nossa Senhora das Mêrces, Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Desterro, Nossa Senhora do Carmo, São Sebastião, Santo Antônio, São Raimundo, São Mathias e a do Divino Espírito Santo. Sendo a última a mais famosa da cidade, levando

⁵ As irmandades serviam de local de apoio, mandavam rezar missa e cuidavam de enterros de irmãos mortos, aparando as famílias que tinha menos recurso, em alguns casos tinham uma poupança para comprar a liberdade de alguns. Fazendo com que negros e pardos constituísse um corpo político e social que expressava valores e reivindicações que certamente podiam desagradar e preocupar muitos senhores e autoridades coloniais. Sobre irmandades ver: Lara. Sílvia Hunold, **Espetáculos negros**. In Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.209-215.

fiéis de várias localidades a acompanhar o festejo que ocorre todos os anos no período de pentecostes.

A Cidade de Alcântara e a Festa do Divino

A população negra marcou profundamente a cultura maranhense. Ela deu origem ao bumba-meu-boi, ao tambor de crioula, ao cacuriá, e fortaleceu à reza ao Divino Espírito Santo. Com muitos devotos no Maranhão, a maioria das comemorações ao Divino que ocorrem no estado, possuem vínculo direto com Casas de Culto Afro e a Casa das Minas⁶, o que não ocorre em Alcântara.

Muito se comenta a respeito da origem dessa festividade, mas pouco se sabe efetivamente sobre seu surgimento, para o pesquisador Carlos de Lima⁷,

A Festa do Divino Espírito Santo teve sua origem em Portugal, com a construção da Igreja do Espírito Santo, em Alenquer, estabelecida pela rainha Dona Isabel, no século XIII. Chegou ao Brasil no século XVI e ganhou popularidade e prestígio no País, notadamente no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Goiás.(p.21)

Investigando a festividade na cidade de Alcântara e entrevistando, em especial, pessoas idosas, moradores antigos da localidade, pessoas que carregam consigo não apenas a memória da Festa do Divino, mas da cidade como um todo, é possível detectar lembranças que são capazes de revelar desde uma sociedade calcada em valores da monarquia que, posteriormente, veio a se tornar uma sociedade fragilizada pela decadência econômica no final do século XIX à conservação de valores étnicos, deixados como herança por seus antigos escravos. Para Eclea Bosi “*A arte da narração não está confinada nos livros, seu veio épico é oral. O narrador tira o que narra da*

⁶ Mundicarmo Ferretti afirma que a Casa das Minas é conhecida como o terreiro de religião afro-brasileira mais antigo do Maranhão (as Casas de Culto Afro- Brasileiras são conhecidas como terreiros de candomblé, xangô, batuque e tambor de mina por todo o estado).

⁷ LIMA, Carlos de. **Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara(Maranhão)**. 2ºed. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória/ Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

*própria experiência e a transforma em experiência dos que escutam*⁸.” O que permite levantarmos indícios, particularidades e minúcias, que podem revelar fenômenos mais gerais, bem como polaridades entre memória oficial e memória elaborada, revelando várias versões para um mesmo núcleo.

Ao recorrermos à memória oral da população da cidade é possível detectar uma narrativa é diferenciada sobre a origem da festividade. Para Senhor Heidimar⁹,

“A festa é de origem européia, mas segundo o que se fala aqui, foi com a decepção, da não visita de Dom Pedro, que os negros resolveram levar um cortejo à igreja, coroando um imperador e inventando a festa (pausa) mas são estórias que todo mundo conta aqui”.

Afirmando a teoria local de que a festividade teve início a partir da expectativa da cidade em receber a visita de D. Pedro II, que nunca aconteceu. A festa tem de fato elementos de origem européia, que simbolizam a nobreza, com características do período colonial (roupas, penteados, coroa, mastro, trono) com refeições fartas e decoração requintada, a Festa reconstitui uma corte, onde são revividos os costumes e o modo de vida de um império, ocorrendo em um salão denominado “Tribuna”, representando um palácio Real, porém com a predominância de características da cultura afro brasileira: a comida, as bebidas, o som, as caixas¹⁰, as caixeiras, as ladainhas, rezas e procissões, geradas a partir das transformações religiosas herdadas de ambos os lados. A Festa do Divino Espírito Santo¹¹ é um ritual do catolicismo popular em referência a celebração de Pentecostes. Apesar de ter início no século XVII, ela só se firmou no Maranhão em meados do século XIX¹².

⁸ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. p.85.

⁹ Declaração do Senhor Heidimar Guimarães Marques, doador de um casarão, em 1982, que hoje abriga o Museu Casa do Divino, em Alcântara-MA, em entrevista concedida para a realização desse trabalho em 21/07/2011.

¹⁰ Tambores de madeira, revestidos de couro, representando a forte ligação do homem com a natureza.

¹¹ Ver CARVALHO, 2008. Dentre as diversas festividades, com diferentes características religiosas, existentes no estado do Maranhão, a Festa do Divino destaca-se como uma das mais importantes e tradicionais. Atualmente a devoção a essa Festividade encontra-se disseminada por mais de 23 municípios maranhenses, que participam ativamente da comemoração. O mais importante reduto da Festa no estado do Maranhão é a cidade de Alcântara, localizada a aproximadamente 53 km da capital, São Luís.

¹² FERRETTI, Sergio. **Festa do Divino no Maranhão**. In: Série Encontros e estudos 9 – Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: IHAN, CNFCP, 2005.

A identidade da festa e da cidade é percebida a partir de traços negros. O cortejo da procissão, pode não ter surgindo a partir dessa decepção dos moradores da cidade de Alcântara, mas representa de certo modo, uma afirmação social simbólica, visto que, diferentemente das Festas similares¹³ que ocorrem no Brasil, é guiada, organizada e estruturada, por um conjunto de mulheres negras, as caixeiras.

As caixeiras¹⁴ carregam consigo a responsabilidade de apresentar aos devotos, visitantes e curiosos o som inigualável do toque das caixas, bem como os cantos em latim e ladainhas dedicadas ao Espírito Santo. Senhoras que sempre tem sua origem nas classes de baixa renda, com mais de cinquenta anos, negras, moradoras de bairros periféricos da cidade, onde suas trajetórias de vida se confundem com a da festividade. Com um título muitas vezes herdados de suas mães e avós, essas mulheres foram introduzidas ao contexto da festa em sua tenra idade, desde bandeirinhas (meninas, porta-bandeiras, que auxiliam as caixeiras durante todo trajeto, em todos os dias de comemoração), mordomas e imperatrizes antes de chegar ao patamar majoritário do evento, o título de caixeira.

Por ocorrer no período de Pentecostes¹⁵, a Festa do Divino costuma acontecer entre os meses de maio, junho e julho, mas para a sua elaboração seus devotos trabalham o ano inteiro. A cidade renasce com a festividade, é o que narra o memorialista Domingos Vieira Filho¹⁶,

“Mas, por ocasião da festa do Divino, Alcântara renasce, vibra, relembra seus aureos tempos. Os romeiros demandam a cidade fronteiriça em frágeis canoas escoteiras ou em pesadas lanchas, desafiando a fúria do boqueirão e da cêrca, para injetar, por algumas horas, sangue novo naquele burgo morto.”(p.15)

¹³ Sobre o tema ver: Festa Do Divino Em Mogi Das Cruzes (Fernando Oliveira de Moraes-2003), O Divino em Festa- São Luiz do Paraitinga (Nana Vieira-2008), A Festa do Divino Espírito Santo em Pirenópolis (Carlos Rodrigues Brandão-1984), O Império do Divino no Rio de Janeiro (Martha Abreu-2001), etc.

¹⁴ Sacerdotisas que conduzem o evento tocam as caixas, figuras de maior destaque, essas senhoras devem saber tudo sobre a festividade do Divino, abrir e fechar a tribuna com os cânticos e batidas próprias para cada momento.

¹⁵ 40 dias após a páscoa, que relembra a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Iniciando com o levantamento do mastro e sendo encerrada após 13 dias com a derrubada do mesmo.

¹⁶ VIEIRA FILHO, Domingos. **A Festa do Divino Espírito Santo**. São Luís: Revista da Academia Maranhense de Letras, volume IX, Maio de 1954.

Para alcançar essa recepção aos devotos algumas etapas devem ser realizadas, a fim de preparar um evento farto. Durante a primeira metade do século XX, uma etapa imprescindível e uma atividade importante para as sacerdotisas era o ato de esmolar, que acontecia, aproximadamente, três meses após o término da Festa, período em que as caixeiras se recolhiam para descansar em suas casas, recarregando suas energias para iniciar uma nova etapa, a de angariar donativos, nas localidades vizinhas, para o ano seguinte. Essas mulheres viajavam quilômetros entre uma cidade e outra, a pé, tocando suas caixas e recolhendo tais doações. Uma atividade exaustiva, que durava meses.

Nas estradas, o som do batuque¹⁷ anunciava sonoramente a chegada da folia, e o grupo se destacava na paisagem pelo apelo visual de uma enorme bandeira vermelha. Os devotos recebiam o Divino, a Santa Crôa e o estandarte em suas casas e com eles percorriam todos os cômodos, abençoando-os, espantando o medo¹⁸.(p.19)

As visitas ocorrem em comunidades quilombolas da região de Alcântara, onde todos os devotos, inclusive os mais humildes faziam questão de dividir o pouco que possuíam para ter uma festa farta. Os motivos para a doação eram diversos, desde pagamentos de promessas à benção de seus lares.

“Muito antes da festa, percorre as ruas de Alcântara o chamado “barulho” do Divino, bando precatório para angariar donativos. Duas ou três pretas velhas batendo “caixas”, uma menina levando numa salva de prata a pombinha do Divino, uma outra com uma bandeira imperial, eis a comparsaria do “barulho”. O devoto, ao dar o óbulo, beija respeitosamente a pombinha ou coloca a salva sobre a cabeça para que fique abençoado. As mães fazem o mesmo com os filhas pequenos a-fim-de que tomem juízo”¹⁹.(p.16)

Devotos de diferentes classes sociais constituíam a rede que sustentava a Festa. As doações iam de bois, vindas dos mais abastados, a ovos dos mais carentes, irmanando-

¹⁷ Batuque- outra definição dada a presença das caixeiras.

¹⁸ BARBOSA, Marise Glória. **Caixeiras do Divino em Alcântara: no bater da minha caixa estou convidando a foliôa**. São Luís: IPHAN-MA, 2009.

¹⁹ VIEIRA FILHO. Domingos, **A Festa do Divino Espírito Santo**. São Luís: Revista da Academia Maranhense de Letras, volume IX. Maio de 1954.

se em uma igualdade momentânea, sustentação ideológica dos cultos festivos para o Espírito Santo. Nessas doações, além de produtos para a festa, os devotos também ofereciam jantar e o leito para o descanso das caixeiras e do grupo que as acompanhavam, pois era uma honra receber e hospedá-las em casa. Como forma de agradecimento pela visita também ofereciam agrados para essas senhoras, respeitando a importância de sua atividade e da incansável devoção, respeitando a dedicação das mesmas, que sempre foram tão dispostas, empenhando sua vida pessoal a serviço da festa, dos festeiros e conseqüentemente das práticas culturais da cidade de Alcântara.

Conclusões

O Estado do Maranhão vivenciou momentos áureos no final do século XVII e início século XVIII. Tendo a Capitania do Maranhão em quarto lugar na economia da Colônia, enquanto São Paulo ficava em sétimo, momento que gerou um ensaio relacionado à visita do Imperador. O declínio econômico, terras abandonadas por seus proprietários e o surgimento de comunidades quilombolas, deram a cidade de Alcântara uma nova identidade. A apropriação de práticas religiosas, seguindo os costumes católicos, por grupos sociais das classes populares, não permitiu o abandono de suas próprias tradições e crenças.

Nas primeira metade do século XX a Festa do Divino em Alcântara, ganhou força de seus devotos, e os descendentes de escravos continuaram propagando a comemoração. Impulsionado pelo toque das caixas, essas comemorações contavam com muitos seguidores locais ativos na sua elaboração, com contribuíam fortemente para a realização da mesma, se firmando como a comemoração ao Divino Espírito Santo mais tradicional do estado do Maranhão. Guiada pelo toque das caixeiras, grandes responsáveis pela construção da base material para a realização das Festas (evento simbolizado por elementos de características afro) e pelo fortalecimento das redes de devoção ao Divino Espírito Santo na região de Alcântara. Empenhando suas vidas e devoção, não mediam esforços e saíam por vários meses a recolher donativos para realizar a cada ano um espetáculo maior e bonito. Os donativos, ou seja, tudo que o Divino ganhou através desses festeiros, são distribuídos para todos os que participam da festa. Por seu trabalho recebiam agrados dos devotos, o que demonstra um sistema de

trocas que acabava por favorecer sua vivência material e social. Como sacerdotisas, elas exercem uma função social estreitamente conectada com sua devoção e compreensão do ato de partilhar e compartilhar. Essas mulheres desenvolveram, ao longo do tempo, táticas com as quais puderam construir espaços próprios, como caixeiras, conduzindo todo ritual com o som de suas caixas, se tornado parte fundamental na rotina da festa, manifestação cultural importante para o município de Alcântara.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ABREU, Martha. **O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro. 1830-1900.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BARBOSA, Marise. **Caixeiras do Divino de Alcântara: no bater da minha caixa estou convidado as foliôa.** São Luís: IPHAN-MA, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRESCIANNI, Maria Stella. **História e Historiografia das cidades, um percurso.** In FREITAS, Marcos Cezar(Org).*Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998, p.237/258.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo;** Recife , 1822-1850. Recife. EDUFPE, 1998.

CARVALHO, Maria Michol P. de, **Divino Maranhão.** Comissão Maranhense de Folclore- CMF, Boletim 34, 2008.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Escravidão e Formação de Quilombos no Maranhão.** N. 1, São Paulo, outubro de 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos e abusos da história Oral.** 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

FERRETTI, Mundicarmo. **Cura e pajelança em terreiros do Maranhão.** Apresentado em 18/3/2008 no Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Médica – Università degli Studi di Milano, Bicocca – Itália.

FERRETTI, Sergio. **Festa do Divino no Maranhão.** In: Série Encontros e estudos 9 – Divino Toque do Maranhão. Rio de Janeiro: IHAN, CNFCP, 2005.

_____. **Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; São Luís: FAPEMA, 1995.

LARA, Sílvia Hunold. **Espetáculos negros**. In Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Carlos de. **Festa do Divino Espírito Santo em Alcântara(Maranhão)**. 2ªed. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória/ Grupo de Trabalho de Alcântara, 1988.

SANTOS, Maria Januária Vilela. **A balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, Joseane Maia Santos. **Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias**. Revista Diálogo, São Paulo, p. 18 - 20, 01 fev. 2008.

VIERIRA FILHO, Domingos. **A Festa do Divino Espírito Santo**. São Luís: Revista da Academia Maranhense de Letras, volume IX, Maio de 1954.

Site visitado: Centro de Cultura Negra do Maranhão - CCN/MA, em 20/06/2011.

FONTE: www.ccnma.org.br/quilombos.htm